

zero.

www.zero.org

Índice

I. Introdução

II. Quem somos, Visão, Missão e Valores

III. Enquadramento Externo e Interno

IV. Objetivos Estratégicos 2024-2028

V. Cronograma

VI. Monitorização e Revisão do Plano Estratégico

I. INTRODUÇÃO

Este documento resume a estratégia que a ZERO definiu para o período entre 2024 e 2028.

Tratou-se de um processo participado que contou com o contributo de todos os colaboradores, voluntários ativos e membros de órgãos sociais, tendo sido garantida uma participação bastante alargada. Para além de dois momentos de interação pessoal (ambos organizados em Lisboa), foram realizadas reuniões semanais entre um grupo mais pequeno, bem como reuniões regulares com a Direção.

Nunca é um processo simples para uma organização com tantas áreas de intervenção como a ZERO definir e balizar as suas prioridades para os próximos anos. A ocorrência de mudanças rápidas e inesperadas que colocam desafios importantes à sua ação deixou hoje de ser uma possibilidade, para passar a ser uma realidade quotidiana. A pandemia e, após esta, a guerra da Rússia contra a Ucrânia são apenas dois exemplos de como o contexto pode rapidamente alterar-se e, infelizmente, não no sentido dos valores que a ZERO defende.

Garantindo que este Plano Estratégico 2024-2028 é regularmente revisitado será uma forma de garantir que este se adequará, da melhor forma possível, aos desafios que possam vir a surgir ao longo deste caminho. É um facto de cinco anos não parecem representar um período longo, mas, perante a rapidez da mudança, o facto é que estruturalmente poderemos vir a enfrentar alterações de fundo com profundas implicações na intervenção de organizações como a ZERO, sendo as eleições europeias que se avizinham, apenas um dos exemplos dos desafios que poderemos vir a enfrentar. Com a expectável formação de instituições europeias dominadas por forças políticas menos abertas a alguns dos valores civilizacionais e de defesa do Bem-comum que a ZERO defende e para os quais trabalha diariamente, certamente que o seu trabalho terá de ser redobrado para que os objetivos propostos neste plano possam tornar-se uma realidade.

Um dos grandes desafios deste processo foi, sem dúvida, o estabelecimento de metas quantitativas relevantes, em áreas onde a intervenção é, essencialmente, procurar influenciar o desenvolvimento de políticas públicas. Todos foram chamados a este esforço e o resultado espelha grandes avanços e esforços para definir indicadores e metas que possam servir de guia à intervenção da ZERO nos próximos anos.

Sendo entendido como um processo e não como um fim em si, este plano será monitorizado anualmente a fim de assegurar que os seus objetivos estão a ser concretizados de acordo com o planeado e de o atualizar tendo em conta alterações significativas que possam ocorrer no contexto externo e interno da ZERO.

Ao longo deste documento são apresentadas a visão, a missão, os valores base da intervenção da ZERO na secção - Quem somos. De seguida é definido o enquadramento externo e interno em que este Plano se desenvolve e onde irá ser desenvolvido, para então dar lugar à apresentação dos objetivos estratégicos para o período 2024-2028, quer os transversais, quer os temáticos. Na secção seguinte é apresentado um cronograma resumo e por último uma apresentação breve dos objetivos de monitorização e revisão regular do Plano. são apresentados

II. ZERO - QUEM SOMOS

Quem somos

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável é uma organização não governamental de ambiente sem fins lucrativos, com utilidade pública e de âmbito nacional. Exerce a sua atividade com total independência relativamente aos partidos políticos, empresas e entidades com fins lucrativos, de natureza religiosa e ao governo. Foi criada no final de 2015, fruto do interesse comum de cerca de uma centena de pessoas pela defesa dos valores da sustentabilidade.

Tem como principal foco do seu trabalho a alteração das políticas públicas, tendo como objetivo último assegurar a mudança estrutural na sociedade que permita que a sustentabilidade se torne a norma.

Está organizada em cinco áreas temáticas, no âmbito das quais procura abarcar um alargado número de temas ambientais. As áreas temáticas são:

- Água e Oceanos
- Alterações Climáticas, Energia e Mobilidade
- Biodiversidade, Agricultura e Florestas
- Sociedades Sustentáveis e Novas Formas de Economia
- Solo e Gestão do Território

A nossa Visão

Um mundo justo e equitativo, onde o bem-estar das gerações presentes e futuras é assegurado respeitando os equilíbrios naturais do planeta e a vida em todas as suas formas.

A nossa Missão

Trabalhamos para tornar a sustentabilidade o elemento estruturante das políticas públicas, nacionais e internacionais, através do diálogo com os decisores políticos e com as empresas, da articulação com organizações congéneres e da pressão social. Mobilizamos a sociedade através da comunicação, da capacitação e da sensibilização.

Os nossos Valores

Independência - face a interesses que não se alinham com a nossa Visão.

Responsabilidade - equilibrando diferentes perspetivas, mantendo um espírito crítico e coerente, sem perder de vista a urgência da ação transformadora.

Rigor - ação baseada em conhecimento abrangente e, em particular, em conhecimento científico.

Transparência - explicitação clara dos objetivos, dos interesses que defendemos e das fontes de financiamento.

Integridade - utilização dos recursos disponíveis para os fins a que se destinam e respeito por valores e princípios éticos fundamentais.

Diálogo e cooperação - com todas as partes e intervenientes na sociedade.

III. ENQUADRAMENTO EXTERNO E INTERNO & SWOT

Ao longo dos anos mais recentes a ZERO tem desenvolvido um processo de avaliação internas, de forma a identificar as suas forças e potencialidades, mas também os aspetos que podem fragilizar ou dificultar o atingir dos objetivos a que se propôs. Um dos passos neste processo foi a realização de uma análise SWOT ou FOFA, ou seja, uma análise das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças que enquadram a ação da ZERO.

No âmbito da fase preparatória do debate interno sobre a Estratégia ZERO 2024-2028 foram também realizados alguns inquéritos que visaram, de algum modo, mapear temas relacionados com a gestão da organização, as dinâmicas de trabalho em equipa, bem como uma avaliação da resiliência da mesma.

Forças e oportunidades

Do lado das forças identificadas, a credibilidade e boa reputação da ZERO, decorrente da consistência do discurso, acutilância da intervenção e abrangência temática, transparência de atuação, competência técnica e científica, capacidade de diálogo e postura construtiva foram identificadas como uma mais-valia. A capacidade técnica da sua equipa diversificada, a flexibilidade e confiança interna existentes e o alinhamento de valores entre todos os que colaboram – profissionais e voluntários – contribui de forma clara para a eficácia da ação da ZERO. Também o facto de estar integrada em redes europeias, que facilitam o acesso à informação, ao financiamento, reforça a capacidade de influência da ZERO, a par com uma rede de contactos sólida e diversificada.

Em termos de oportunidades, algumas das identificadas são hoje já menos claras, nomeadamente a crescente sensibilização do público e da atenção dos media para os temas trabalhados pela ZERO, enquanto se observa uma agudização dos problemas ambientais ligados à emergência climática, à crise energética, da biodiversidade e dos recursos. Sendo inegável que a consciência é hoje mais marcada, se tivermos como exemplo a recente campanha eleitoral para as eleições legislativas em Portugal e os desenvolvimentos mais recentes na definição de políticas europeias na área do ambiente e da sustentabilidade, ambos apontam, inequivocamente, para uma degradação da base de apoio para as posições da ZERO. Contudo, se conseguirmos ultrapassar um pouco o debate à superfície e adaptarmos em parte o nosso discurso, para sublinhar os benefícios sociais e económicos resultantes da transição necessária, as oportunidades continuam lá, ainda que exigindo um trabalho mais de fundo para delas retirar todo o seu potencial para a mudança estrutural desejada.

A progressiva cooperação com outras ONG, movimentos cívicos e organizações sociais, bem como a aposta na partilha de conhecimento, apostando em descomplicar o conhecimento para o público em geral, bem como na capacitação dos media para os temas em que trabalhamos podem abrir novas possibilidades de influência.

Fraquezas e ameaças

Considerando que onde há forças e oportunidades, há também o seu oposto – as fraquezas e as ameaças – há a sublinhar a grande diversidade de temas que pode resultar numa menor especialização e alguma compartimentação com menor abertura para sinergias. A isto associa-se também a dificuldade em assegurar financiamento para algumas áreas temáticas, o que pode levar a algum desequilíbrio temático.

A ZERO é uma organização que cresceu de forma muito significativa no seu curto tempo de vida, estando a sofrer algumas “dores de crescimento”, em particular com o aumento da complexidade da sua estrutura e dificuldade em garantir o inter-conhecimento sobre as intervenções que estão a acontecer nos diferentes temas e áreas.

Com o crescimento e alguma dispersão temática vem também o risco de burnout, devido à dificuldade na gestão do tempo e da quantidade de informação – excesso de trabalho e de tarefas decorrente da necessidade de assegurar as diferentes valências – técnica, financeira, comunicação.

Encontrar recursos humanos qualificados e que se enquadrem nas exigências de uma colaboração com a ZERO e ter capacidade de os reter a médio longo prazo, são também ameaças significativas à eficácia da sua ação, pois a cultura organizacional da ZERO requer um alinhamento de valores e formação específica,

sendo, portanto, ainda mais relevante conseguir garantir a retenção dos talentos, entretanto angariados.

Um dos grandes desafios da intervenção da ZERO passa pelo facto de se focar muito na procura de influenciar as políticas públicas. Esta é uma área de trabalho, onde a longevidade dos processos de influência de políticas, a par com as barreiras encontradas à defesa das posições da ZERO, pode levar à desmotivação dos colaboradores e dos voluntários. Pode também implicar um importante investimento em termos de recursos que acaba por não ter retorno em termos de políticas concretas e mudança social concretizada.

Foi ainda identificado que existe alguma dependência de figuras chave, muito embora já se tenham dado passos no sentido de procurar diversificar as caras que aparecem em representação da ZERO.

A imprevisibilidade no contexto internacional, com as situações de guerra e os seus efeitos de subalternização das dimensões social e ambiental na sociedade e nas políticas, a par com as eleições nos Estados Unidos e, mesmo, as eleições europeias que ocorrerão em junho deste ano, introduzem um elevado grau de ameaça à concretização dos objetivos que a ZERO se propõe. Se associarmos a este contexto já de si desafiante, a impreparação de muitos dos decisores políticos em termos científicos e de cultura para o bem-comum e uma sociedade civil não muito exigente em termos de políticas públicas, com uma cultura ambiental ainda pouco conseqüente, é possível compreender a complexidade do contexto onde a ZERO terá de navegar em 2024 e em anos subsequentes. A este nível, será certamente muito importante tirar o máximo partido da legislação que já existe e que está, em muitos casos, muito aquém do desejado em termos de implementação, visto não ser expectável que os próximos anos venham a ser palco de uma prolífera produção legislativa, em particular a nível europeu.

Uma potencial ameaça emergente pode ser a resultante das recentes ações controversas levadas a cabo por algumas organizações da sociedade civil em nome do ambiente, em particular da ação climática. Ainda que o desagrado que lhes está subjacente e que serve de justificação para o seu desenvolvimento seja compreensível, o facto é que estas ações podem levar ao desenvolvimento de um maior afastamento dos cidadãos do movimento ambientalista e alimentar os discursos que procuram estimular os antagonismos.

O próprio ritmo a que a mudança está a ocorrer, com a procrastinação nos investimentos, no cumprimento das metas e nas decisões poderá conduzir a um resultado muito insatisfatório em termos do Cuidar do Bem-Comum.

Este é o contexto que se procurou ter em conta na definição da estratégia da ZERO para os próximos 5 anos – 2024-2028, tendo havido um esforço para tentar maximizar as oportunidades e as forças e reforçar a capacidade de responder às fraquezas e ameaças identificadas.

IV. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2024-2028

No âmbito da reflexão estratégica iniciada no final de 2023, a ZERO definiu trinta e cinco Objetivos Estratégicos que refletem as prioridades de intervenção da Associação nos próximos 5 anos. Num contexto em rápida mudança, os objetivos agora definidos poderão vir a ser alterados, adaptados ou alargados. Este Plano Estratégico deve ser entendido como um instrumento para guiar a intervenção da ZERO nos próximos anos, dando-lhe estabilidade e definindo um rumo, mas sempre mantendo a flexibilidade necessária para enfrentar os desafios que se possam colocar. Por essa razão, será regularmente revisto para garantir a sua eficácia e adequação.

Os objetivos estratégicos estão organizados por objetivos transversais: Impacto-Geral, Financeiro & Angariação de Fundos, Gestão de Pessoas & Feedback, Organização Interna e Comunicação Externa e por objetivos de impacto das cinco áreas temáticas de intervenção da ZERO.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE) TRANSVERSAIS

A. Impacto | Geral

OE1 Ser considerada um parceiro chave para a definição e debate de políticas públicas nas áreas temáticas onde intervém junto dos poderes políticos, da comunicação social e dos parceiros sociais.

OE2 Melhorar o diálogo e a cooperação com diferentes parceiros a nível nacional e europeu.

OE3 Assegurar que o impacto da mobilização da sociedade tem representatividade territorial, geracional e social, através da formação a grupos com capacidade de amplificação da mensagem, da comunicação e da sensibilização.

OE4 Melhorar a capacidade de intervenção jurídica.

B. Área Financeira e Angariação de Fundos

OE5 Implementar um modelo de financiamento assente na diversificação das fontes de financiamento e que permita uma alocação de recursos que privilegie o trabalho de influência das políticas públicas.

C. Gestão de Pessoas & Feedback

OE6 Assegurar o bem-estar dos colaboradores e o seu compromisso com a ZERO.

D. Organização Interna

OE7 Assegurar a preservação do conhecimento no interior da organização.

E. Comunicação Externa

OE8 Até 2028, aumentar a notoriedade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ZERO no seu setor, através do aumento de visitas ao portal e ao blog 1,5°C, do alcance das redes sociais e do aumento da mancha mediática.

F. Impacto | Áreas Temáticas

1. Sociedades Sustentáveis e novas formas de Economia

OE9 Promover um modelo económico e cultural onde o princípio da suficiência é o elemento base, de forma a garantir que as gerações futuras poderão satisfazer as suas necessidades, em respeito pelos limites planetários. Para tal, será fundamental a aprovação da Lei das Gerações Futuras, por uma larga maioria do Parlamento Português até 2028.

OE10 Colocar a economia portuguesa alinhada com o cumprimento das metas europeias na área da circularidade, nomeadamente as relativas à prevenção de resíduos; reciclagem de resíduos; reciclagem de embalagens; resíduos de equipamento elétrico e eletrónico; veículos em fim de vida, pilhas.

OE11 Promover políticas ativas de compras públicas sustentáveis em Portugal, desenvolvendo um trabalho a longo prazo tendo em vista a integração de critérios de sustentabilidade nesta atividade.

OE12 Contribuir para a redução da presença de substâncias químicas perigosas para o ambiente e para a saúde humana, através do reforço da legislação europeia e da capacitação dos cidadãos para que possam evitar a sua presença no quotidiano.

OE13 Acompanhar as negociações de acordos comerciais (legislação europeias) com o intuito de assegurar que os princípios da sustentabilidade são garantidos.

2. Clima Energia e Mobilidade

Clima

OE14 Ter Portugal alinhado com o 1,5°C do Acordo de Paris, i.e., numa trajetória de -60% de emissões em 2030, -55% de emissões em 2028, em relação ao ano de 2005.

Energia

OE15 Ter 90% de energia renovável no setor da eletricidade em 2028.

OE16 Ter 49% de energia renovável no consumo de energia final do país em 2028

OE17 Alcançar a redução de pelo menos 35% no consumo de energia primária até 2028, em relação ao ano de 2005.

Mobilidade

OE18 Ter 23% de renováveis no consumo final de energia no setor dos transportes até 2028

OE19 Ter 35% de redução de emissões no setor dos transportes até 2028, em relação ao ano de 2005.

3. Solo e Gestão do Território

OE20 Atingir um balanço neutro de degradação do solo e recuperação de 100% dos solos degradados e contaminados a nível nacional.

OE21 Garantir que há uma redução líquida da área artificializada do solo, invertendo a tendência atual.

4. Água e Oceanos

OE22 Garantir que é alcançado o bom estado de 100 % das massas de água, superficiais e subterrâneas, conforme definido na Diretiva Quadro da Água.

OE23 Promover a eficiência hídrica nos vários sectores de atividade com vista a uma redução do consumo, per capita, de água em 20% até 2028.

OE24 Concretizar a antecipação, para 2026, da meta de criação de 30% de Áreas Marinhas Protegidas

(AMP) e de conservação de, pelo menos, 10% das áreas costeiras e marítimas nacionais de forma estrita.

OE25 Efetivar a aplicação do princípio da precaução, implementando uma moratória à mineração em mar profundo aplicável a toda a Zona Económica Exclusiva e plataforma continental estendida.

OE26 Promover a Literacia do Oceano, nas comunidades escolares em particular e na sociedade em geral, por forma a capacitar e mobilizar os cidadãos para a ação em prol da conservação do oceano.

5. Biodiversidade, Agricultura e Florestas

OE27 Garantir a aplicação das medidas definidas na Lei do Restauro.

OE28 Acompanhar a implementação da política florestal e de prevenção dos fogos rurais.

OE29 Alcançar 50% dos Municípios com circuitos curtos alimentares colaborativos implementados, em que os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos dentro da sua área geográfica, respeitando a sazonalidade e garantindo a obtenção de valor acrescentado para o território.

OE30 Integrar, no mínimo, 50% de alimentos produzidos em modo de produção biológico nas ementas escolares e de 75% na fruta escolar (desenvolvimento de metas progressivas bianuais até 2030).

OE31 Integrar proteína vegetal nas ementas escolares de forma que represente 25% do aporte proteico das refeições semanais (almoços/jantares) em todos os graus de ensino.

OE32 Conseguir que 5% das explorações agrícolas adotam práticas agroecológicas (técnicas de produção agrícola que copiem e otimizem os processos ecológicos que ocorrem nos ecossistemas naturais).

OE33 Aumentar a eficácia da Política pública de conservação da natureza e da biodiversidade

OE34 Incrementar a área de floresta biodiversa, multifuncional e resiliente em Portugal

OE35 Aumentar a eficácia da Política pública na área da Floresta

V. CRONOGRAMA

De seguida apresenta-se o cronograma geral dos objetivos estratégicos organizados por objetivos estratégicos transversais e por área temática.

Em resultado da natureza de grande parte dos objetivos, o ano de conclusão identificado no cronograma é 2028, ou seja, o último ano do período temporal considerado. Contudo, a avaliação do progresso alcançado a cada ano será feito através do relatório de atividades anual, bem como do planeamento para o ano seguinte expresso no Programa de Atividades preparado e aprovado anualmente. Desta forma, quer do ponto de vista da gestão interna, quer do reporte aos Associados, a ZERO irá aferindo a eficácia da sua ação e identificando melhorias, alterações, adaptações que poderão ser introduzidas ao longo do período a que este Plano diz respeito.

A. Cronograma do Objetivos Estratégicos Transversais

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/ ÁREA	ANO CONCLUSÃO					RESPONSÁVEL
	2024	2025	2026	2027	2028	
IMPACTO						
OE1 Ser considerada um parceiro chave para a definição e debate de políticas públicas nas áreas temáticas onde intervém junto dos poderes políticos, da comunicação social e dos parceiros sociais.						Francisco Ferreira
OE2 Melhorar o diálogo e a cooperação com diferentes parceiros a nível nacional e europeu.						Francisco Ferreira
OE3 Assegurar que o impacto da mobilização da sociedade tem representatividade territorial, geracional e social, através da formação a grupos com capacidade de amplificação da mensagem, da comunicação e da sensibilização.						Susana Fonseca
OE4 Melhorar a capacidade de intervenção jurídica.						Paulo Lucas
FINANÇAS & ANGARIAÇÃO DE FUNDOS						
OE5 Implementar um modelo de financiamento assente na diversificação das fontes de financiamento e que permita uma alocação de recursos que privilegie o trabalho de influência das política públicas.						Inês Pereira / Paulo Lucas
GESTÃO DE PESSOAS E FEEDBACK						
OE6 Assegurar o bem-estar dos colaboradores e o seu compromisso com a ZERO.						Ismael Casotti
ORGANIZAÇÃO INTERNA						
OE7 Assegurar a preservação do conhecimento no interior da organização.						Helena Amendoeira
COMUNICAÇÃO EXTERNA						
OE8 Até 2028, aumentar a notoriedade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ZERO no seu setor.						Inês Pereira

B. Cronograma dos Objetivos Estratégicos das áreas temáticas

1. Sociedades sustentáveis e novas formas de economia

OBJECTIVO ESTRATÉGICO	ANO CONCLUSÃO					RESPONSÁVEL
	2024	2025	2026	2027	2028	
OE9 Promover um modelo económico e cultural onde o princípio da suficiência é o elemento base, de forma a garantir que as gerações futuras poderão satisfazer as suas necessidades, em respeito pelos limites planetários. Para tal, será fundamental a aprovação da Lei das Gerações Futuras, por uma larga maioria do Parlamento Português até 2028.						Susana Fonseca
OE10 Colocar a economia portuguesa alinhada com o cumprimento das metas europeias na área da circularidade, nomeadamente as relativas à prevenção de resíduos; reciclagem de resíduos; reciclagem de embalagens; resíduos de equipamento elétrico e eletrónico; veículos em fim de vida, pilhas.						Susana Fonseca
OE11 Promoção de políticas ativas de compras públicas sustentáveis em Portugal, desenvolvendo um trabalho a longo prazo tendo em vista a integração de critérios de sustentabilidade nesta atividade.						Susana Fonseca
OE12 Contribuir para a redução da presença de substâncias químicas perigosas para o ambiente e para a saúde humana, através do reforço da legislação europeia e da capacitação dos cidadãos para que possam evitar a sua presença no quotidiano.						Susana Fonseca
OE13 Acompanhar as negociações de acordos comerciais (legislação europeias) com o intuito de assegurar que os princípios da sustentabilidade são garantidos.						Susana Fonseca

2. Clima Energia e Mobilidade

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/ ÁREA	ANO CONCLUSÃO					RESPONSÁVEL
	2024	2025	2026	2027	2028	
CLIMA						
OE14 Ter Portugal alinhado com o 1,5°C do Acordo de Paris, i.e., numa trajetória de -60% de emissões em 2030, -55% de emissões em 2028, em relação ao ano de 2005.						Pedro Nunes
ENERGIA						
OE15 Ter 90% de energia renovável no setor da eletricidade em 2028.						Pedro Nunes
OE16 Ter 49% de energia renovável no consumo de energia final do país em 2028						Pedro Nunes
OE17 Alcançar uma redução de pelo menos 35% no consumo de energia primária até 2028, em relação ao ano de 2005.						Pedro Nunes
MOBILIDADE						

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/ ÁREA	ANO CONCLUSÃO					RESPONSÁVEL
	2024	2025	2026	2027	2028	
OE18 Ter 23% de energia renovável no consumo final de energia no setor dos transportes até 2028.						Pedro Nunes
OE19 Alcançar 35% de redução de emissões no setor dos transportes até 2028, em relação ao ano de 2005.						Pedro Nunes

3. Solo e Gestão do Território

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/ ÁREA	ANO CONCLUSÃO					RESPONSÁVEL
	2024	2025	2026	2027	2028	
OE20 Atingir um balanço neutro de degradação do solo e recuperação de 100% dos solos degradados e contaminados a nível nacional.						Paulo Lucas
OE21 Garantir que há uma redução líquida da área artificializada do solo, invertendo a tendência atual.						Paulo Lucas

4. Água e Oceanos

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/ ÁREA	ANO CONCLUSÃO					RESPONSÁVEL
	2024	2025	2026	2027	2028	
OE22 Garantir que é alcançado o bom estado de 100 % das massas de água, superficiais e subterrâneas, conforme definido na Diretiva Quadro da Água.						Paulo Lucas
OE23 Promover a eficiência hídrica nos vários sectores de atividade com vista a uma redução do consumo, per capita, de água em 20% até 2028.						Paulo Lucas
OE24 Concretizar a antecipação, para 2026, da meta de criação de 30% de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) e de conservação de, pelo menos, 10% das áreas costeiras e marítimas nacionais de forma estrita.						Paulo Lucas
OE25 Efetivar a aplicação do princípio da precaução, implementando uma moratória à mineração em mar profundo aplicável a toda a Zona Económica Exclusiva e plataforma continental estendida.						Paulo Lucas
OE26 Promover a Literacia do Oceano, nas comunidades escolares em particular e na sociedade em geral, por forma a capacitar e mobilizar os cidadãos para a ação em prol da conservação do oceano.						Paulo Lucas

5. Biodiversidade, agricultura e florestas

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/ ÁREA	ANO CONCLUSÃO					RESPONSÁVEL
	2024	2025	2026	2027	2028	

	4	5	6	7	8	
OE27 Garantir a aplicação das medidas definidas na Lei do Restauro.						Paulo Lucas
OE28 Acompanhar a implementação da política florestal e de prevenção dos fogos rurais.						Paulo Lucas
OE29 Ter 50% dos Municípios com circuitos curtos alimentares colaborativos implementados, em que os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos dentro da sua área geográfica, respeitando a sazonalidade e garantindo a obtenção de valor acrescentado para o território.						Paulo Lucas
OE30 Ter a integração de, no mínimo, 50% de alimentos produzidos em modo de produção biológico nas ementas escolares e de 75% na fruta escolar (desenvolvimento de metas progressivas bianuais até 2030).						Paulo Lucas
OE31 Ter a integração de proteína vegetal nas ementas escolares de forma que represente 25% do aporte proteico das refeições semanais (almoços/jantares) em todos os graus de ensino.						Paulo Lucas
OE32 Ter 5% das explorações agrícolas adotam práticas agroecológicas (técnicas de produção agrícola que copiem e otimizem os processos ecológicos que ocorrem nos ecossistemas naturais).						Paulo Lucas
OE33 Aumentar a eficácia da Política pública de conservação da natureza e da biodiversidade						Paulo Lucas
OE34 Incrementar a área de floresta biodiversa, multifuncional e resiliente em Portugal						Paulo Lucas
OE35 Aumentar a eficácia da Política pública na área da Floresta						Paulo Lucas

VI. MONITORIZAÇÃO E REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

A monitorização do Plano Estratégico será feita anualmente, nomeadamente através do trabalho de reporte e planeamento anual de ações que decorre do normal funcionamento da ZERO. O momento de preparação do Relatório de Atividades e do Programa de Atividades anuais será, assim, um elemento chave para avaliar a eficácia do Plano Estratégico.

A esta atividade estatutária e legal de reporte anual, juntar-se-á ainda uma reflexão mais aprofundada que será feita pela Direção, pelo Conselho Geral e pelos Coordenadores das cinco Área Temáticas.

Este processo será coordenado pela Vice-presidente da ZERO.

27 de março de 2024

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Este Plano Estratégico foi desenvolvido no âmbito da componente de capacitação do projeto MEDwater que é apoiado pelo Programa Cidadãos Ativ@s/Active Citizens Fund, financiado pela Islândia, Liechtenstein e Noruega, sendo gerido em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian, em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto.